Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Artigo original • Acesso aberto

Formação e consolidação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco (1982–1988)

Formation and consolidation of the Movement of Rural Women Workers in Sertão Central of Pernambuco (1982–1988)

Anna Luiza Silveira Ramos Fernandes

Resumo
O artigo objetiva analisar as experiências das mulheres participantes dos processos de formação e consolidação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco (MMTRSC-PE), de forma relacional ao contexto social e político da região, no período entre 1982 e 1988. Entre as fontes, encontram-se documentos produzidos pelo MMTRSC-PE (atas de reuniões, relatórios de encontros anuais e cartilhas) e entrevistas com lideranças e integrantes. Balizada pela História Social do Trabalho e pelos Estudos de Gênero, a pesquisa investiga como as discussões sobre trabalho, ambiente doméstico, direitos, corpo e liberdade, presentes nas reuniões do Movimento, impactaram as opiniões e as ações das mulheres participantes, acarretando transformações nas relações de gênero e de trabalho locais. Dessa forma, este estudo de caso busca estimular reflexões sobre a associatividade e o trabalho feminino, destacando a importância da organização coletiva para a construção de identidades, autoestima e atuação política entre as trabalhadoras rurais do sertão pernambucano.
Palavras-chave: Trabalhadoras rurais. Gênero. Classe. Associativismo. Participação.

Abstract
The main goal of this article is to analyze the experiences of women who participated in the formation and consolidation of the Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais in Pernambuco (MMTRSC-PE) in relation to the region's social and political context between 1982 and 1988. Sources include documents produced by the MMTRSC-PE (meeting minutes, reports, pamphlets) and interviews with leaders and members. Guided by the theoretical discussion on the Social History of Labor and Gender Studies, the research investigates how discussions about work, domestic sphere, rights, the body, and freedom present in the Movement's meetings impacted the opinions and actions of participating women, leading to transformations in local gender and labor relations. This case study seeks to stimulate reflections on associativity and women's labor, highlighting the importance of collective organization for the construction of identities, self-esteem, and political activity among rural women workers in the Pernambuco hinterland.
Keywords: Rural women workers. Gender. Class. Associative organizations. Participation.

Citação sugerida
FERNANDES, Anna Luiza Silveira Ramos. Formação e consolidação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco (1982–1988). Revista IDeAS, Rio de Janeiro, v. 20, p. 1-32, e026010, jan./dez. 2026.

DOI: https://doi.org/10.36920/9wvw3n02

Licença: Creative Commons - Atribuição/Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

Submissão:
12 abr. 2026

Aceite:
01 jul. 2026

Publicação:
12 ago. 2026

Introdução

Iniciativa pioneira no estado e fundamental para o processo de autorreconhecimento e organização das mulheres como trabalhadoras, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco (MMTRSC-PE) foi fundado em 1983, no distrito de Caiçarinha da Penha, município de Serra Talhada. Seu objetivo primário foi promover encontros voltados às mulheres, na Igreja ou na Delegacia Sindical da região, para tratar de temas relacionados ao trabalho e à família (MMTR-Sertão Central, 1994).

Em sua obra autobiográfica *Ser mulher num mundo de homens*, Vanete Almeida, uma das fundadoras do Movimento e então assessora de Educação da Federação dos Trabalhadores Agrícolas de Pernambuco (FETAPE), relata que a ideia dos encontros partiu da observação da ausência de mulheres nas reuniões e assembleias do sindicato e em outras atividades de organização dos trabalhadores. De acordo com Vanete, os primeiros encontros contaram com a presença de lideranças sindicais masculinas e de maridos, o que cerceou a fala e o engajamento das mulheres. Nesse cenário, fortaleceu-se a imagem do MMTRSC-PE como um movimento autônomo e exclusivo para mulheres, e a própria configuração dos encontros foi transformada, passando a ocorrer nas casas das integrantes (Almeida; Parisius, 1999).

Como aponta Bordalo (2011), embora a noção de autonomia em relação às organizações mistas seja fundamental, é imprescindível considerar a complexidade desses processos organizativos, constituídos não exclusivamente por mulheres, mas por uma rede articulada de diversas organizações políticas. Logo, a relação entre o MMTRSC-PE e o movimento sindical é central, uma vez que sua própria conformação – com a presença de funcionárias de sindicatos entre as fundadoras e a adoção do mesmo critério de organização espacial da FETAPE – evidencia a necessidade de reconhecer e problematizar essa interação.

A atuação do Movimento em seus primeiros anos é retomada neste artigo a partir de sua própria produção documental, como cartilhas, atas de reuniões, publicações memoriais e comemorativas e, principalmente, os relatórios dos encontros gerais do Movimento, realizados anualmente. Foram analisados os relatórios do 1º Encontro, realizado em 1984, ao 5º Encontro, realizado em 1988.

O marco cronológico da pesquisa abarca o período entre 1982 e 1988, uma vez que, em 1982, ocorreram as primeiras reuniões de mulheres e, em 1988, ano da conquista de direitos sociais específicos para as trabalhadoras rurais assegurados pela Constituição Federal, foi realizado o primeiro Encontro totalmente coordenado por trabalhadoras rurais.

A coordenação realizada pelas próprias trabalhadoras, antes uma responsabilidade das assessoras, foi reconhecida pelo Movimento como uma importante conquista e demonstração prática da experiência e do aprendizado adquiridos. Sendo assim, embora compartilhe do entendimento de Rosineide Cordeiro (2004), de considerar como integrantes do Movimento tanto as mulheres que atuavam na agricultura e/ou residiam no campo quanto aquelas que assumiam a função de assessoras, o reconhecimento das distintas vivências dessas mulheres se faz necessário. No conteúdo das fontes examinadas, tais distinções ficam evidenciadas na transcrição das falas realizadas nos Encontros Anuais: as dirigentes sindicais tinham seus nomes e cargos identificados, ao passo que as mulheres que não eram figuras "públicas" permaneciam no anonimato. No âmbito do trabalho, coincidem tanto relatos sobre embates salariais e dificuldades de acesso à terra e ao crédito agrícola quanto relatos sobre as dificuldades de conciliar o trabalho de assessoria ou administrativo no movimento sindical com as demandas específicas do MMTRSC-PE.

Realizados entre os meses de novembro e dezembro, os Encontros Anuais tinham o objetivo de aproximar as mulheres de todos os municípios que, devido às grandes distâncias e às dificuldades de locomoção, pouco se encontravam. Além de promover uma discussão mais ampla dos principais assuntos debatidos nas reuniões realizadas nos domicílios, o Encontro produzia um balanço do que havia sido construído no período e planejava ações futuras. A análise dessa documentação evidencia o impacto das discussões nas opiniões e nas ações das mulheres participantes. Também permite identificar as estratégias adotadas para a manutenção dos espaços de associatividade, mesmo diante de situações circunstanciais, como os períodos de colheita ou a ausência de pais, irmãos e maridos, que migravam durante a seca.

Com base nesse material, este estudo parte do pressuposto de que as trabalhadoras rurais do sertão pernambucano perceberam na organização coletiva um meio eficaz para a construção e a reafirmação de suas identidades, autoestima e atuação política. Essa organização não apenas ampliou as possibilidades e as redes de sociabilidade, como também desencadeou mudanças significativas nas relações sociais e, consequentemente, nas relações de gênero e de poder locais.

Estudos que abordam as relações de trabalho e de gênero no meio rural brasileiro (Heredia, 1979; Stolcke, 1986) identificam a desvalorização do trabalho realizado pelas mulheres e até mesmo sua invisibilidade. É importante ressaltar que a diferenciação baseada no sexo, na forma como o trabalho é distribuído e reconhecido na sociedade, não é restrita ao campo. Ela ocorre em diferentes contextos históricos e espaciais, tendo como princípio a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva (Kergoat, 2009).

As tarefas atribuídas às mulheres no âmbito da reprodução familiar,

como os afazeres domésticos e a criação de animais e de plantações nos quintais para o consumo próprio, não eram contabilizadas como trabalho. Sendo assim, as trabalhadoras não eram reconhecidas como parte da população economicamente ativa, e sua contribuição social era reduzida ao papel de mantenedoras do equilíbrio doméstico.

Beatriz Heredia (1979) aponta que, apesar de as mulheres trabalharem em espaços produtivos, como na produção agrícola assalariada, por exemplo, sua participação era considerada apenas como uma "ajuda" ao trabalho masculino. Seu reconhecimento restringia-se às condições de "ajudantes", "esposas" ou "filhas" de agricultores, e não à de trabalhadoras. Quando ocorre o reconhecimento desse trabalho, a diferenciação não está relacionada à complexidade ou à intensidade do esforço físico exigido pela atividade, mas, sim, ao gênero da pessoa que a realiza.

Maria Ignez Paulilo (1987) exemplifica essa diferenciação por meio das categorias "trabalho pesado" e "trabalho leve". Assim, mesmo que uma atividade fosse desgastante e prejudicial à saúde, se fosse realizada por uma mulher, era considerada como "trabalho leve". A autora relaciona essa concepção à hierarquia familiar, na qual o reconhecimento e a remuneração do trabalho rural não ocorrem em função de suas características, mas, sim, da posição que seus executores ocupam na família. Paola Cappellin (2006) chama a atenção para o fato de que não existia, no cotidiano dessas mulheres, uma clara distinção entre os limites do lar e do trabalho, e que a autoridade do chefe de família, fosse ele pai ou marido, extrapolava o espaço doméstico e, muitas vezes, impunha-se no espaço público.

Nessa perspectiva, Gema Esmeraldo (2013) aponta a diferenciação e a hierarquização do trabalho como os principais instrumentos para a manutenção da autoridade masculina. Assim, o reconhecimento e a valorização da força de trabalho das mulheres rurais são condições fundamentais para a legitimação de sua participação política diante de estruturas organizacionais, como os sindicatos e o Estado.

Durante a década de 1980, ampliaram-se as organizações políticas de mulheres e, devido à grande extensão territorial brasileira, pôde-se observar a formação de vários movimentos de mulheres provenientes da área rural, que atuavam de formas distintas, de acordo com as necessidades específicas de cada região (Carneiro, 2013). Uma das principais bandeiras presentes na maior parte dessas organizações era a legitimação de seu estatuto profissional para o acesso a direitos trabalhistas e previdenciários. Como sinaliza Cordeiro (2006), no Brasil, a denominação "trabalhadora rural" é recente e resulta diretamente da mobilização de mulheres que residem e trabalham no campo.

Ao tratar das especificidades dos movimentos de mulheres, Elizabeth Souza-Lobo os define a partir da articulação de experiências compartilhadas cotidianamente em espaços nos quais se cruzam trajetórias, necessidades e vontades comuns, e não apenas como consequência das condições impostas às

mulheres ou como produto de estratégias políticas externas. Para a autora, além da identificação das demandas que constituem os movimentos, é igualmente fundamental a problematização dos processos de formação do coletivo, ou seja, do momento em que a "necessidade é interiorizada e se transforma em reivindicação, voltando-se para fora do indivíduo, estendendo-se como reivindicação coletiva que supõe uma solidariedade" (Souza-Lobo, 1991, p. 223-234).

Souza-Lobo também afirma que a história desses movimentos não é linear e destaca a importância de uma análise de seu desenvolvimento que supere correlações artificiais de causa e efeito, explicações simplistas e generalizações, como a ascensão dos movimentos populares a partir de 1975 e a influência de feministas acadêmicas e do feminismo internacional. Em vez disso, essa análise deve contemplar o contexto local, social e político no qual as mulheres estão inseridas (Souza-Lobo, 1991).

À vista disso, no contexto do sertão pernambucano, para além da promoção das reuniões entre trabalhadoras realizadas no final de 1982, é possível apontar que, a partir de 1983, a luta pela conquista do direito de as mulheres integrarem frentes de trabalho remunerado promovidas pelo Estado, popularmente chamadas de Frentes de Emergência, fomentou o processo de associativismo feminino na região, uma vez que cada frente chegava a aglutinar de 300 a 500 mulheres. Em 1984, as reuniões do MMTRSC-PE ocorreram não apenas em Serra Talhada, mas também nos municípios de Betânia, Flores, Mirandiba, São José do Belmonte, Triunfo e Verdejante.

Dessa forma, no primeiro item do artigo, o sertão pernambucano é contextualizado em suas dimensões geográficas, econômicas e sociais, compreendendo-se esse espaço como um elemento ativo na formação e no engajamento do MMTRSC-PE. Nos três itens seguintes, são analisadas suas articulações, ações e desafios, não de forma linear, mas como um processo em que práticas e relações de gênero e de classe são continuamente percebidas e reelaboradas pelas próprias mulheres. Com isso, o presente artigo destaca como as discussões sobre convivência, trabalho, ambiente doméstico, direitos, corpo e liberdade, desenvolvidas em reuniões e seminários, impactaram as percepções e as práticas das participantes, contribuindo para transformações nas relações de gênero e de trabalho.

A Grande Seca (1979-1983) e a luta pela integração de mulheres nas Frentes de Emergência

Abrangendo cerca de 60% do território do estado, a área semiárida de Pernambuco é classificada em duas regiões geográficas intermediárias: Serra Talhada, composta por 25 municípios, e Petrolina, também composta por 25 municípios e subdividida nas regiões geográficas imediatas de Petrolina,

Salgueiro e Araripina. Ambas as regiões geográficas intermediárias são divididas territorialmente pela FETAPE em cinco polos sindicais: Sertão do Araripe, Sertão do São Francisco, Médio São Francisco, Sertão do Pajeú e Sertão Central. A divisão territorial utilizada pela FETAPE é a mesma adotada pelo MMTRSC-PE. No período estudado por esta pesquisa, o Polo Sertão Central compreendia doze municípios: Flores, Serra Talhada, Triunfo, Cedro, Serrita, Mirandiba, São José do Belmonte, Calumbi, Terra Nova, Betânia, Verdejante e Salgueiro.

Manoel Correia de Andrade (1964) condiciona o processo de povoamento e o início da atividade agrícola no sertão nordestino à expansão em direção ao interior do país, durante o período colonial, para a criação de gado. Desde o início do povoamento, o regime de latifúndio foi predominante, sendo que áreas entre 100 e 500 hectares poderiam ser consideradas tanto médias quanto grandes propriedades, dependendo de sua localização. As áreas de solo propício ao cultivo agrícola eram enquadradas como grandes propriedades, enquanto as áreas mais secas, destinadas à pecuária, eram consideradas de médio porte (Andrade, 1964).

Nesse contexto, a agricultura desenvolvia-se em pequenas áreas, voltada sobretudo ao abastecimento local. Embora tenham ocorrido tentativas malogradas de monocultura da cana-de-açúcar, no século XVIII, e do café, no século XIX, com o uso de mão de obra escravizada, as condições climáticas, marcadas por longos períodos de estiagem, favoreceram apenas, a partir da década de 1860, o estabelecimento do monocultivo do algodão, com predominância do trabalho assalariado. Como a cotonicultura dependia das chuvas, as secas prolongadas levavam à desvalorização e à venda de trabalhadores escravizados por preços irrisórios ou mesmo à sua morte por inanição.

Sendo assim, os salários oferecidos eram altamente atrativos e voláteis, podendo até quadruplicar conforme a perspectiva de chuvas e fomentando um considerável aumento populacional no sertão pernambucano, que passou a absorver os excedentes da população litorânea nos períodos de estagnação da indústria açucareira. Com o declínio do ciclo do algodão, muitos trabalhadores permaneceram nas grandes propriedades por meio de arranjos como o foro e a meada. Após a abolição da escravidão, outros trabalhadores foram incorporados a esses sistemas de trabalho.

Ainda que não tivesse a demanda de outrora, a cotonicultura permaneceu ativa na região, no que Andrade definiu como "lavoura de ricos e pobres". Os agricultores sertanejos, muitas vezes em regime de mutirão, passaram a cultivar algodão em conjunto com feijão, fava e milho. Durante o período chuvoso, eram cultivados o algodão e os alimentos, sendo parte dessa produção reservada para os meses subsequentes, correspondentes ao inverno e à primavera, que constituíam a estação mais longa e seca. Durante a estiagem, o gado – fosse o do patrão ou o dos trabalhadores – alimentava-se dos restolhos

das culturas de milho e algodão, bem como de cactáceas nativas. Andrade descreve esse modo de produção:

> Com a chegada do inverno – período chuvoso –, o chefe da família, ajudado pela mulher e pelos filhos, fazia a semeadura. Esta era iniciada pelo feijão "ligeiro", pelo milho de "sete semanas", pelo jerimum e pela melancia. A mandioca, o algodão, o milho e o feijão eram semeados depois. Entre o primeiro e o segundo plantio, a família mantinha o roçado limpo, enquanto o chefe trabalhava como assalariado nas grandes e médias propriedades. O salário era utilizado na aquisição de farinha, que constituía, sobretudo com a caça do preá, o alimento cotidiano. Até agosto, eram colhidos e consumidos o milho, o feijão, o jerimum e a melancia. A colheita e a venda do algodão permitiam ao pobre trabalhador a aquisição de roupas e outros utensílios para a família (Andrade, 1964, p. 190, grifo nosso).

Percebe-se, aqui, uma dinâmica de trabalho e de estrutura familiar semelhante à apontada posteriormente por Heredia (1979), em que apenas o chefe da família é visto como agricultor e os demais como ajudantes. A autora destaca que, embora o trabalho feminino no roçado fosse essencial para a obtenção dos recursos necessários ao consumo coletivo do grupo doméstico, ele era percebido apenas como uma ajuda e equiparado ao trabalho de crianças.

Ademais, são comuns os casos em que as mulheres também trabalhavam de forma assalariada, porém recebendo cerca de um terço do valor pago aos homens durante a década de 1960, conforme apontado por Andrade (1989). Posteriormente, na década de 1980, elas passaram a receber metade do valor correspondente a um salário regular, conforme consta em diversos documentos do MMTRSC-PE (1984; 1985; 1986). Nas situações em que as relações de trabalho entre o chefe da família e o proprietário de terras não eram constituídas pelo pagamento de salário e não existia uma distinção clara entre o roçado da família e o roçado do proprietário, o não reconhecimento do trabalho executado pelas mulheres era ainda mais nítido.

É consenso na literatura sobre o tema que a fragilidade das condições de produção e reprodução dos trabalhadores rurais no sertão decorre, sobretudo, de causas sociais, antes que de causas ambientais. Ainda que uma longa seca representasse uma interrupção no processo de acumulação ou até mesmo um retrocesso, ela nunca consistiria em um risco à manutenção e à existência dos grandes latifúndios (Duque; Cirne, 1998). Já para os trabalhadores, os períodos sem chuva representavam a ausência da safra, a escassez de trabalho, a fome e até mesmo a falta de água para garantir a subsistência. Nessas condições, era comum a migração dos homens para a Zona da Mata, a fim de trabalharem no corte da cana, ou a busca por trabalho na região Sudeste. Sendo assim, em situações de maior fragilidade, cabiam às mulheres a chefia e a garantia do sustento da família.

As modalidades de trabalho e de acesso à terra na região perpetuaram condições que contribuíram para a fragilidade dessas populações, constituindo um exemplo da constante recriação e adaptação de mecanismos de dominação. De acordo com Andrade (1989), essas condições de trabalho e de vida permaneceram inalteradas até o século XX. Em entrevista a Paola Morales, um trabalhador e sindicalista de Serra Talhada detalha:

> Essa situação durou por muito tempo, e depois isso gerou um processo de aumento de moradores, que era a base de sustentação dos grandes fazendeiros. Assim, esses fazendeiros se consolidaram. Muitos deles tinham 50, 100, até 200 famílias em torno da fazenda trabalhando. Então, na medida em que foi diminuindo o processo da servidão, chamado de mão de obra de cambão, em que se fazia o serviço de graça para ter o direito de morar, uma espécie de aluguel da terra para poder morar ali, foi passando para o arrendamento. Então, ele não mais trabalhava dias de graça para o patrão; o patrão pagava muito pouco, não é? E ele pagava a renda da produção que tirava. Boa parte pagava 25% da produção; os que eram menos exigentes cobravam 20%; e havia outro sistema, a meiação, em que o proprietário preparava a terra, ficando 50% para cada um. Então, essa foi a base de sustentação do chamado coronelismo no campo (Morales, 2010, p. 57).

Rosineide Cordeiro (2004) destaca que, embora o processo de colonização tenha nivelado algumas características culturais, econômicas e políticas no Sertão Central, este ainda apresentava considerável heterogeneidade, que incluía disparidades geográficas, como a presença de municípios com maior extensão de áreas férteis e outros predominantemente compostos por terras áridas, bem como a coexistência de cidades de médio porte e vilarejos remotos. Principalmente, porém, evidenciavam-se profundas desigualdades sociais, particularmente na agricultura, pois as grandes propriedades contavam com sistemas de irrigação sofisticados, enquanto parte significativa da população, dependente da agricultura de subsistência, enfrentava condições de vida precárias, agravadas durante os períodos de seca.

A partir de 1971, a criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) fomentou a fundação de novos sindicatos e a reorganização daqueles já existentes, que se estabeleceram, com algumas restrições, como importantes mediadores nas interações entre os agricultores, os latifundiários e o Estado no sertão pernambucano. Em função das diferentes formas de acesso à terra e de trabalho rural, esses sindicatos eram predominantemente compostos por pequenos proprietários e pequenos produtores, muitos dos quais não possuíam terra própria e estavam envolvidos em sistemas de parceria. Já o número de trabalhadores assalariados que não eram proprietários nem moradores de fazendas era relativamente reduzido. Dessa forma, os sindicatos enfrentavam uma ampla variedade de questões, que incluíam a luta

pela terra, as questões salariais, a busca por uma política de preços mínimos para produtos agrícolas, os desafios relacionados à grilagem de terras e, sobretudo, os problemas decorrentes da má administração de projetos de irrigação (Abreu e Lima, 2003, p. 158).

Duque e Cirne (1998) identificam semelhanças e recorrências nas ações promovidas pelo poder público diante do fenômeno da seca. Uma dessas ações foi o Programa das Frentes Produtivas de Trabalho (PFPT), cuja primeira versão foi inaugurada na década de 1940. Nele, as pessoas cadastradas recebiam uma remuneração mínima para trabalhar em obras públicas de grande porte, como estradas, grandes açudes e barragens. Elas viviam em alojamentos, longe de seus domicílios, em precárias condições de alimentação e higiene. Tal programa foi adotado pela SUDENE durante as secas de 1962, 1966, 1970 e 1976 em todo o Nordeste.

Considerada a seca mais prolongada, aguda e abrangente da história do Nordeste no século XX, a "grande seca", ocorrida entre 1979 e 1983, foi de extrema severidade, com cidades inteiras enfrentando escassez de água e o colapso da agricultura. No primeiro ano, cerca de 80% da produção agrícola foi comprometida, agravando a crise alimentar e econômica na região.

Com o objetivo de implementar políticas mais imediatas e de alcance local, a SUDENE substituiu as tradicionais Frentes de Trabalho pelas Frentes de Emergência. Diferentemente das antecessoras, as Frentes de Emergência não mobilizavam grandes contingentes de trabalhadores para obras públicas, mas os recrutavam para realizar melhorias em suas próprias propriedades, tornando-as menos vulneráveis aos períodos de estiagem (Bursztin, 2008).

No sertão pernambucano, as Frentes desse período eram chamadas pela população de "Emergência dos patrões" (Almeida; Parisius, 1999), uma vez que as linhas de crédito do programa eram direcionadas ao pagamento de mão de obra e de despesas de investimento, o que acabava favorecendo principalmente os grandes proprietários de terra, que contratavam trabalhadores para realizar as obras em suas fazendas. Para além dessa questão, eram comuns a escassez no fornecimento de alimentação e de água aos trabalhadores, a violência praticada pelos encarregados, a cobrança de "pedágios" por latifundiários e funcionários públicos para realizar o alistamento, bem como o atraso e o desvio nos pagamentos.

Nesse contexto, a partir de 1981, a FETAPE e seus sindicatos passaram a pressionar o governo federal para promover mudanças nas Frentes de Emergência, denunciando a longa jornada de trabalho, o não pagamento de salários e a inscrição de "trabalhadores fantasmas" em obras privadas. Em maio, o programa foi suspenso para apuração de irregularidades e reativado em setembro, passando a ser administrado pelas prefeituras. Após episódios de desvio do programa para campanhas políticas de prefeitos locais e denúncias de irregularidades, sua administração foi novamente alterada, e o programa passou a ser coordenado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

(DNOCS), pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e pelo Exército. A partir de 1982, ocorreu um redirecionamento do programa para os empreendimentos públicos, sobretudo no setor hídrico e em obras comunitárias de âmbito local.

É importante considerar que, nos polos do sertão, os sindicatos ligados à oposição sindical tinham como uma de suas bandeiras a sindicalização de mulheres, sendo que alguns já aceitavam sua filiação, e não apenas como dependentes. Desse modo, a inclusão de mulheres nas Frentes de Emergência passou a ser também uma pauta desse grupo de oposição. Embora apenas homens maiores de 14 anos fossem aceitos nas Frentes, a inclusão de mulheres não figurava entre as reivindicações do movimento sindical, que, para além das denúncias, exigia principalmente o direito de mais homens de uma mesma família serem integrados ao programa e se dedicava à elaboração de listas de obras prioritárias e de trabalhadores a serem incluídos. Sobre a ausência de pautas relacionadas às mulheres e da participação das próprias mulheres no movimento sindical, a então assessora da FETAPE, Vanete Almeida, relata:

> Muito cedo fui descobrindo a ausência das mulheres no sindicalismo. Fazia reunião com um grupo de 80, 100 pessoas e não havia uma mulher, com exceção de mim. Nas reuniões dos dirigentes sindicais era a mesma coisa. Todos me respeitavam e sempre existia um lugar reservado para mim, mas só havia eu de mulher. Só chegava mais perto de outras mulheres quando havia reuniões no campo, na casa das trabalhadoras. Mas elas não apareciam na sala, onde havia a reunião. Eu ficava na sala, discutindo com seus maridos, irmãos ou filhos, e elas, escondidas em outras partes da casa. (...) Inconformada com essa situação, procurei minha amiga Hauridete Lima dos Santos e lhe falei da minha angústia em sentir como se os homens caminhassem e as mulheres estivessem atrasadas. Hauri, como é chamada, é sertaneja de Santa Cruz da Baixa Verde, uma cidade próxima a Serra Talhada. No final dos anos 70, ela foi estudar em Recife e hoje é socióloga. Juntamente com Zefinha Santos, trocamos algumas ideias e resolvemos fazer um trabalho com as mulheres do campo. Zefinha é filha e neta de trabalhadores sem terra e, na época, era estudante em Serra Talhada, onde hoje dirige uma escola (Almeida; Parisius, 1999, p. 117-118).

A busca pelo direito de se alistarem nas Frentes de Emergência foi determinante para a organização das mulheres na região. Nas palavras de Hauridete:

> Participo do Movimento desde seu começo, em 1982. Netinha foi pra ruinha lá de Caiçarinha, mandou que eu convidasse outras mulheres, e aí não deu tempo de eu convidar muitas. Mas tinha mais ou menos oito mulheres. Nesse tempo, a gente não estava bem aproximada, nem sabendo o que ia fazer, o que ia conversar. Tava um tempo de muita necessidade, de seca. Só o

> que soubemos dizer para a companheira Netinha foi pedir trabalho. A gente pedia emergência a ela, um trabalho para sobreviver. Eu convidei, elas se reuniram nervosas, imaginando o que era (MMTR-Sertão Central, 1994, p. 6).

Mesmo que o incentivo à sindicalização feminina ainda não fosse uma política institucional da FETAPE, assim como a mobilização pelo direito ao alistamento nas Frentes de Emergência, o programa radiofônico financiado pela Federação, A Voz do Trabalhador Rural, e transmitido em toda a região do Sertão Central foi um importante impulsionador da organização das mulheres. Ao citar o nome das participantes da última reunião, informar em quais casas ocorreriam as próximas e explicar como proceder caso a ouvinte quisesse uma reunião organizada em sua casa, o programa colaborou para a promoção e a legitimação do Movimento.

> Era preciso sair de casa em casa, visitando. Isso em uma pequena vila. A gente penetrou mais, foi para uma comunidade. Conseguia conversar com duas mulheres, com três mulheres. Assustadas, que não falavam. E a gente voltava. Eu tinha um programa de rádio e fazia uma zoada dessas mulheres que eu tinha encontrado. Dava o nome delas, da comunidade. Que a gente estava começando a discutir com as mulheres rurais, tá, tá, tá. [...] Quando eu voltava, em vez das três, já tinham cinco nomes. Daí voltava. Elas ficavam muito emocionadas e orgulhosas de seus nomes aparecerem no rádio, e juntava mais mulheres (Entrevista de Vanete Almeida, 17 nov. 2006).

No artigo "Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político", Céli Regina Pinto argumenta que a formação de grupos, ainda que estes se organizem em torno de demandas dirigidas ao Estado, não se limita às reivindicações feitas às autoridades governamentais ou à reorganização das interações cotidianas na comunidade, mas também implica uma reorganização significativa das relações de poder no espaço público da própria comunidade, tornando-se um "ponto de referência desta comunidade em relação a um conjunto de demandas-desejos-expectativas que extrapola, muitas vezes, o objetivo em torno do qual se congrega" (Pinto, 1992, p. 131-132).

As reuniões de mulheres em suas casas, antes limitadas a visitas ocasionais e à presença de vizinhas e familiares para assistência mútua nas tarefas domésticas e no cuidado das crianças durante o resguardo, passaram a abordar a importância do reconhecimento de seu trabalho, as estratégias de organização diante dos sindicatos e das autoridades locais, além de pleitear o direito de se alistarem nas Frentes de Emergência por meio da realização de assembleias e atos públicos. De acordo com Auxiliadora Cabral, uma das fundadoras e funcionária do STR de São João do Belmonte:

> A primeira luta de que a gente participou foi uma luta por trabalho e foi no final dos anos 70, mas não tinha consciência... A gente começou a lutar pelo alistamento das mulheres. Era só homem, né? Para as frentes de trabalho. Mas não era uma organização, a gente não tinha, né? Você fazia grandes assembleias com mulheres. E aí, a gente ia para a frente de trabalho. [...] Eu não estava nas primeiras reuniões com Vanete e Hauridete, que foram no município de Serra Talhada, numa comunidade chamada Caiçarinha. Depois de duas ou três reuniões, eu já entro nessa discussão da ausência das mulheres no sindicato. Muito embora o meu município já tivesse muitas mulheres fortes no sindicato, não era porque houvesse essa clareza de um trabalho voltado para as mulheres, nada disso. Eu também era mulher, nem sabia que era mulher. Para mim, estava lá fazendo um trabalho importante para que os homens e as mulheres estivessem lá como trabalhadores e trabalhadoras rurais nessa luta. Eu percebi as mulheres em casa, a submissão, via as mulheres dos diretores. A gente fazia reunião e muitas delas só vinham servir um café. Então, essas coisas foram nos despertando (Entrevista de Auxiliadora Dias Cabral, 17 nov. 2006).

Em julho de 1983, alguns sindicatos municipais de trabalhadores rurais do Sertão Central elaboraram o documento "Mulher Excluída do Programa de Emergência", que foi encaminhado ao governo estadual, à SUDENE, à OAB e à imprensa em geral. Nas palavras de Vanete: "A situação era tão grave que foram os próprios homens que denunciaram a discriminação" (Almeida; Parisius, 1999, p. 119). Assinado pelas diretorias dos sindicatos de Mirandiba, Flores, Serra Talhada e Triunfo, o documento apelava para a situação de sofrimento e carestia, reforçando a necessidade do alistamento das mulheres em razão da ausência de homens no núcleo familiar:

> É grande o número de mulheres cujos maridos migraram à procura de trabalho, as viúvas e as mães solteiras. Essas são as mais necessitadas, por não terem ninguém em casa alistado na Emergência. (...) As mulheres, a cada dia que passa, encontram-se mais famintas, ficam perambulando à procura de trabalho e, simplesmente pelo fato de serem mulheres, não podem se alistar. (...) Não entendemos por que, se nos anos anteriores a mulher teve o direito de se alistar nas Frentes (Mulher Excluída do Programa de Emergência, p. 1).

Um dado importante fornecido pela documentação é a informação de que as mulheres tiveram oportunidades de alistamento em programas anteriores. Abreu e Lima (2003) relata que o DNOCS utilizava o fato de os formulários e os critérios de seleção estarem redigidos no masculino para contratar apenas homens. Também é possível perceber, no posicionamento expresso no documento, semelhanças com o discurso presente nos sindicatos da Zona da Mata, região de maior influência sobre a diretoria da FETAPE, no qual o trabalho assalariado exercido por mulheres é associado apenas às

situações de crise, cuja superação implicaria o retorno das mulheres ao ambiente doméstico (Sigaud, 1999). Da mesma forma, é perceptível que esse discurso, que justificava o trabalho assalariado feminino como sazonal ou decorrente da ausência da figura masculina no núcleo familiar, não encontrava respaldo nas discussões e no comportamento das trabalhadoras organizadas.

A mobilização das mulheres, aliada à ampla divulgação do documento e à comoção pública gerada, teve um impacto político significativo, resultando em mudanças nos critérios do programa e na inclusão gradual das mulheres. No entanto, as atas das reuniões realizadas nas casas das trabalhadoras e nos sindicatos indicam as dificuldades e as lutas enfrentadas para garantir, de fato, o exercício desse direito conquistado (Almeida; Parisius, 1999). Em uma dessas reuniões, 53 mulheres deixaram o encontro e se dirigiram ao Batalhão de Engenharia do Exército para exigir seu cadastramento (Cordeiro, 2004). Outro entrave foi a proposta de que as mulheres executassem apenas serviços de limpeza e alimentação dos trabalhadores, o que resultaria em um número reduzido de vagas de trabalho. Segundo Vanete:

> Quando, finalmente, o governo passou a alistar mulheres nas frentes, queriam que elas fossem cozinhar para os homens. Mas elas não queriam isso. Elas queriam trabalhar diretamente nas obras. Pressionaram e conseguiram. Os homens não acreditavam que elas eram capazes de fazer um barreiro. As mulheres deram a resposta: começaram a fazer barreiros iguais aos homens e até melhor (Almeida; Parisius, 1999, p. 119-120).

Danièle Kergoat (2018, p. 15) aponta que "o trabalho por si só não é subversivo ou emancipatório, mas [sim] a relação que as mulheres têm com o trabalho em razão das posições que ocupam na divisão sexual do trabalho". O trabalho na esfera produtiva sempre esteve presente no cotidiano das sertanejas, não apenas aquele executado de forma individualizada e tutelada pela família, mas também o realizado nas Frentes de Trabalho durante as secas anteriores. Porém, a negação do acesso ao trabalho nas Frentes no início da década de 1980 e a necessidade de ações coletivas para restabelecer esse acesso possibilitaram a construção de uma rede de compartilhamento de experiências e de reconhecimento dos espaços que lhes eram negados em razão de sua condição de gênero, de sua própria força de trabalho, dos diferentes espaços em que a exerciam e da desvalorização desse trabalho.

Ao destacar a importância da distinção entre "grupo" e "coletivo", Kergoat (2010) afirma que, embora as mobilizações invoquem um sentimento de "nós", essa associação não configura automaticamente um coletivo. O coletivo emerge de um processo delicado no qual cada indivíduo passa a se identificar com o grupo, processo que se desenvolve ao longo de uma luta prolongada. No caso do Sertão Central, onde não existia uma organização anterior, a mobilização das mulheres visava atender a uma demanda que, até então, era pensada de forma individual. A coletividade se constituiu

concomitantemente à mobilização, à conquista desse direito e à necessidade de manter esse esforço coletivo para assegurar sua implementação e manutenção.

As Frentes de Emergência criaram a oportunidade para que cerca de 500 mulheres se encontrassem em um ambiente novo, que passou a funcionar como espaço de sociabilidade, valorização mútua e construção da identidade de classe e da autoestima. Como define Vanete em entrevista a Maria do Socorro Abreu e Lima:

> ... porque todo mundo dizia que uma mulher não carregava uma carroça de terra, e elas quiseram mostrar que podiam fazer uma construção. Foi exigência delas... Foi ótimo porque a gente visitava as frentes e logo identificava as lideranças, as mulheres que eram mais fortes, as que enfrentavam o Exército, o DNOCS. Então, quando terminaram as frentes de trabalho, o movimento estava formado, com as lideranças, e continuou... com outra referência (Abreu e Lima, 2003, p. 236).

"Problemas de classe" e "problemas de mulher": interações do MMTRSC-PE com a Igreja, Ongs e o movimento sindical

Realizado nos dias 15 e 16 de dezembro de 1984, no município de Serra Talhada, o 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central é apresentado como resultado de decisões da FETAPE "no sentido de integrar a participação das mulheres trabalhadoras rurais para fortalecer as lutas do Movimento Sindical" (MMTR-Sertão Central, 1984, p. 1).

Com o objetivo principal de discutir a "situação da mulher como mulher e como trabalhadora", o Encontro contou com 33 mulheres, número expressivo, considerando-se as circunstâncias que dificultavam sua participação, como o deslocamento e a distância, a necessidade de pernoite, as obrigações e os cuidados na roça e no ambiente doméstico, além da resistência e do estranhamento da família. Entre as presentes, dez mulheres eram funcionárias dos sindicatos, duas eram filiadas, e nem todas as participantes se apresentaram como trabalhadoras rurais. A maioria se apresentou como "esposa de agricultor", "filha de agricultor", "esposa de diretor do sindicato" e "esposa de tesoureiro do sindicato" (MMTR-Sertão Central, 1984, p. 3).

> Em 1984, conseguimos realizar o 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central, em Serra Talhada, onde traçamos um plano de trabalho para os municípios. A pauta foi elaborada com apenas duas trabalhadoras, porque não tínhamos condições de reunir mais. Mas o encontro foi um sucesso. Foi o que a gente chamava de "encontro molhado". Elas choravam, choravam, porque a metodologia do Encontro era: "Quem sou eu?". Elas descobriram que não lhes era dado nenhum valor, que não tinham direito nem de pensar, quanto mais de se manifestar. E choraram profundamente. Com elas, fomos construindo uma metodologia, partindo de onde

> estavam, de como pensavam. Daí, a gente ia transformando alguma coisa no entendimento que elas tinham da vida, da religião e do sindicato (Almeida; Parisius, 1999, p. 122).

O relato de Vanete aponta para a importância da palavra pública das mulheres como ferramenta de autopercepção e reconhecimento. A valorização de si próprias e dos "trabalhos de casa", do "trabalho de ajuda na roça" e do "trabalho na roça" por elas executados foi o principal tema das discussões, que geraram resoluções como "lutar pelo direito da mulher falar", "associar-se ao sindicato, mesmo sendo casada", "realizar mais reuniões e encontros como esse", "exigir que as companheiras se filiem ao sindicato" e "não brigar com o marido quando ele for à reunião do sindicato" (MMTR-Sertão Central, 1984).

Caroline Bordalo (2011) observa que, apesar de haver exceções, prevalecia uma relação tensa ou extremamente distante entre as mulheres e a participação sindical. Para a autora, a forma de inserção política das mulheres rurais acabou por acompanhar uma dinâmica presente no contexto político brasileiro da década de 1980, em que as demandas das mulheres ocupavam um lugar de subordinação em relação às demandas econômicas gerais, sendo essa condição significativa para as ações empreendidas pelas trabalhadoras. Nesse sentido, é comum, tanto entre estudiosos do tema quanto entre trabalhadores, a classificação das reivindicações em demandas de natureza classista e demandas de gênero, sendo estas últimas compreendidas como reivindicações especificamente femininas.

Bordalo (2011) também traça uma distinção entre os temas levantados pelas mulheres rurais e aqueles presentes nas pautas das mulheres urbanas, argumentando que questões como saúde, maternidade, controle de natalidade e violência doméstica, entre outras, pouco ou nada estavam presentes nos discursos das trabalhadoras do meio rural brasileiro, cujo principal embate se dava na esfera pública, por meio da demanda por reconhecimento como trabalhadoras rurais, tanto pelo Estado quanto pelos sindicatos. Sendo assim, questões relacionadas à esfera privada foram incorporadas às reflexões e às práticas das mulheres rurais de forma posterior, mais lenta e à medida que se estreitavam as relações e as trocas com os movimentos de mulheres urbanas.

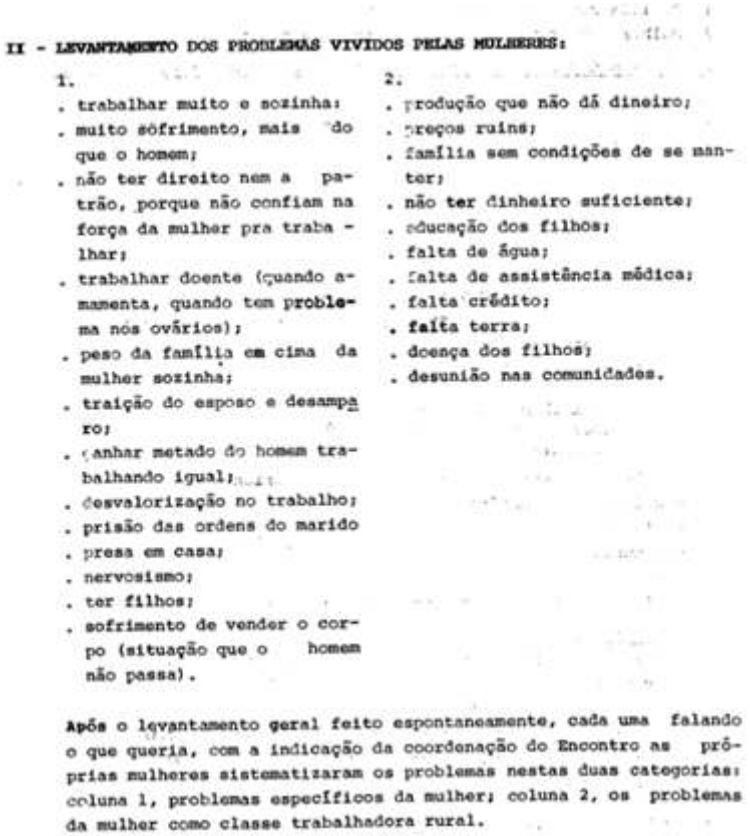
No entanto, as fontes analisadas mostram que isso não se verifica nos discursos e nas práticas das participantes do MMTRSC-PE, que, desde as primeiras reuniões, percebiam e tratavam essas questões de forma articulada. Nos dois primeiros encontros do Movimento, embora a metodologia inicial consistisse em identificar demandas tanto "como mulher" quanto "como classe trabalhadora", questões como o volume das tarefas domésticas, a falta de apoio no cuidado das crianças e o ciúme dos maridos eram percebidas, desde o início, como entraves à atividade política e revelam como, para essas mulheres, a participação sindical e outras demandas estavam intimamente ligadas às questões da esfera privada.

Michelle Perrot (2005) aponta a fragilidade da divisão entre as esferas pública e privada, destacando que essa separação é muito mais sutil do que aparenta ser. Ainda que, como será visto adiante, as interações com movimentos urbanos ou identificados como feministas tenham ocorrido e sido fundamentais para o Movimento, os questionamentos, bem como a construção e a articulação das pautas, partiam das experiências das próprias trabalhadoras:

> Sou (...), meu esposo é tesoureiro do Sindicato. Eu me sinto feliz porque gosto de reunião. Acho bom quando ele chega em casa contando os problemas. Eu não participo mais porque, às vezes, sou muito preocupada, tenho nove filhos e fico só na vontade. Meu marido tem mais facilidade para ir à reunião, a vida do homem é mais livre (MMTR-Sertão Central, 1984, p. 19).

> Sou (...), quando a gente diz que ajuda na roça, é porque está ajudando o homem na roça e não recebe nada em troca. Na hora de trabalhar, o trabalho é do homem e da mulher; na hora de receber, o dinheiro fica só para o homem (MMTR-Sertão Central, 1984, p. 17).

Figura 1 – Relatório do 1º Encontro MMTRSC-PE (1984)



II - LEVANTAMENTO DOS PROBLEMAS VIVIDOS PELAS MULHERES:

1.
. trabalhar muito e sozinha;
. muito sofrimento, mais do que o homem;
. não ter direito nem a patrão, porque não confiam na força da mulher pra trabalhar;
. trabalhar doente (quando amamenta, quando tem problema nos ovários);
. peso da família em cima da mulher sozinha;
. traição do esposo e desamparo;
. ganhar metade do homem trabalhando igual;
. desvalorização no trabalho;
. prisão das ordens do marido
. presa em casa;
. nervosismo;
. ter filhos;
. sofrimento de vender o corpo (situação que o homem não passa).

2.
. produção que não dá dinheiro;
. preços ruins;
. família sem condições de se manter;
. não ter dinheiro suficiente;
. educação dos filhos;
. falta de água;
. falta de assistência médica;
. falta crédito;
. falta terra;
. doença dos filhos;
. desunião nas comunidades.

Após o levantamento geral feito espontaneamente, cada uma falando o que queria, com a indicação da coordenação do Encontro as próprias mulheres sistematizaram os problemas nestas duas categorias: coluna 1, problemas específicos da mulher; coluna 2, os problemas da mulher como classe trabalhadora rural.

Fonte: Relatório do 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central. Serra Talhada, 1984.

O relatório encerra sua apresentação com a premissa de que a "seriedade e a qualidade deste Encontro, testemunhadas por este Relatório, contribuirão, sem dúvida, para as reflexões necessárias sobre a necessidade ou não de um trabalho específico com mulheres no MSTR". Embora conste no relatório a informação de que o Encontro estava previsto no planejamento da própria FETAPE, o trabalho contínuo e de base realizado nas casas ocorria à margem ou, nos termos de Vanete, era feito escondido da própria Federação (Entrevista de Vanete Almeida, 17 nov. 2006).

Para Abreu e Lima, devido à forte influência da Igreja na estrutura sindical pernambucana, o posicionamento predominante da instituição era o de incentivar a participação pública das mulheres de forma restrita às paróquias, em atividades de apoio à infraestrutura e de base, ocupando uma posição subalterna e, quando muito, consultiva, o que também se reproduziu no movimento sindical (Abreu e Lima, 2003, p. 223). Lynn Stephen acrescenta que, em geral, essas atividades de base inscreviam-se em "papéis sociais definidos, não questionando as estruturas tradicionais da família sob as quais os homens são primariamente os que decidem" (Stephen, 1996, p. 34).

Sendo assim, a inclusão de bandeiras de luta que envolvessem as relações no âmbito familiar ou fossem consideradas específicas das mulheres, bem como a formulação de políticas de formação voltadas para lideranças femininas, era percebida como "divisionismo". Tal questão não se restringia ao contexto pernambucano e rural, estando presente em diferentes experiências organizativas mistas. Um ponto de atrito, por exemplo, pode ser verificado na discussão sobre o fato de a mulher receber metade do salário pelo mesmo volume de trabalho. Embora essa situação seja reconhecida como uma "maneira do patrão aumentar seu lucro, pois com o preço de um, ele paga a dois", também são ponderados o descaso do movimento sindical ("o sindicato deve apoiar as lutas das mulheres, como fez na Emergência") e o dos homens ("o marido tira a independência financeira da mulher para dominar") em relação a essa situação (MMTR-Sertão Central, 1984, p. 9).

> Consegui organizar esse encontro com o apoio dos sindicatos, da alimentação e do transporte. Trazer essas mulheres assustadas. "Para onde é que nós estamos indo? O que é que vai acontecer? Que encontro é esse?" E, para esse encontro, eu já pensei: "Vou fazer um cartaz. Esse encontro tem que acontecer com um cartaz. Como é que vai chegar essa notícia para outras mulheres se não tem um cartaz?" Eu fiz um cartaz: "Somos mulheres e temos valor". Era um cartaz simples, feito em uma gráfica em Serra Talhada, todo azul, com umas fotos de mulheres. E, depois, fiz o relatório desse encontro. Elaborei um relatório bem bonito. Havia encontro em todo o estado, e eu ia levar esse relatório e entregá-lo por todo o estado. Porque, dentro do sindicato, era muito malvisto esse meu trabalho com as mulheres. Diziam que eu era divisionista, diziam que eu estava querendo rebentar o movimento sindical com essa

> história de mulheres. Faziam-me uma porção de acusações. Eu tive que fazer esse trabalho às escondidas, sem a Federação saber que eu o estava fazendo. E aí o clima era tão difícil que eu não pude entregar o relatório em mãos. Quando eles saíram para almoçar, em cada cadeira eu botei um (Entrevista de Vanete Almeida, 17 nov. 2006).

Para além da sindicalização das mulheres, o destaque dado pelo Movimento à necessidade de uma participação ativa, consciente e em posições de liderança constituiu uma demanda que, embora apoiada por parte dos dirigentes sindicais e dos associados, também enfrentava grande resistência. Nos relatos das assessoras, a admiração e o estímulo à iniciativa eram proporcionais às críticas e aos boicotes, estes últimos ocorrendo principalmente no interior da Federação. Dessa forma, é importante destacar a heterogeneidade presente nas organizações e a diversidade de experiências vividas em seu interior. De acordo com Ilda:

> A gente fazia as reuniões mensais de mulheres no sindicato, só que era para falar tudo o que eles queriam. Não era um movimento onde se discutia a importância da mulher. [Era a questão] sindical, e não a importância da participação das mulheres, da evolução das mulheres nas questões políticas, das questões que envolvem as mulheres e da autonomia das mulheres. E aí, eu ia aprendendo isso dentro da Comissão Estadual. E eles foram percebendo. No início, o sindicato ainda liberava dinheiro, mas depois... foi cortando. Para você levar a discussão do movimento autônomo para dentro, era muito difícil. Mesmo no sindicato, a gente dizendo: "vamos trabalhar com as mulheres, a mulher pode participar", mas essa mulher é importante para o sindicato enquanto ela tiver a visão só deles. Quando ela vai para um lado e para outro, e elas estiverem percebendo as coisas, aí eles não querem mais (Entrevista de Margarida Pereira da Silva, 20 dez. 2006).

Danièle Kergoat (2018, p. 137) observa que, em muitas situações, o apoio à participação feminina no movimento sindical é personalista e dirigido individualmente a mulheres consideradas brilhantes e merecedoras, aspecto perceptível nos relatos das assessoras: "Não, eu tinha o apoio do sindicato, mas era muito mais o apoio à Vanete do que o apoio às mulheres. Era muito apoio a mim" (Entrevista de Vanete Almeida, 17 nov. 2006).

O discurso predominante no sindicalismo rural brasileiro, segundo o qual as mulheres já eram consideradas beneficiadas pela associação do chefe de família, não refletia as discussões e as práticas das participantes do MMTRSC-PE, que reconheciam a luta sindical como essencial para a classe trabalhadora e a importância da mulher nessa luta. A autonomia do Movimento não representava uma rejeição ao espaço sindical. As participantes não buscavam apenas ampliar o número de associadas nos sindicatos ou obter benefícios e assistência, mas uma inclusão que reconhecesse as desigualdades

de gênero como centrais e priorizasse a formação de mulheres para ocupar cargos de decisão no movimento sindical.

Nesse sentido, uma das principais conquistas celebradas no 2º Encontro, ocorrido nos dias 23 e 24 de novembro de 1985, foi a aprovação da tese "Proposta para aumentar a participação de nós, mulheres trabalhadoras rurais, no nosso movimento sindical" no IV Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), realizado na cidade de Brasília em maio do mesmo ano. Elaborada por assessoras do Polo do Sertão Central, com a colaboração de Maria Faixa Amador, assessora de Educação da FETAPE, a tese não chegou a ser incluída entre as onze pautas gerais que seriam apresentadas à Assembleia Constituinte. No entanto, foi aprovada na Comissão de Sindicalismo, tornando-se um importante instrumento de legitimação da sindicalização das mulheres no campo:

> Infelizmente, a direção da FETAPE argumentou que as discussões preparatórias já haviam sido encerradas e que nossa tese sobre a participação da mulher no movimento sindical teria que ser levada à parte. Não desistimos. Providenciamos 5 mil cópias da tese, levamos para Brasília e procuramos distribuí-las nos momentos finais de um dia de trabalho, para que os delegados as lessem durante a noite. Dona Lia (Maria Lima Ferreira de Souza), na época a única presidente de sindicato de trabalhadores rurais em Pernambuco — STR de Itapetim (Polo Sertão do Pajeú) — defendeu nossa tese na Comissão de Sindicalismo. Era a maior e mais polêmica comissão do 4º Congresso. Mesmo assim, a tese foi aprovada e está nos anais. A partir de então, ela passou a ser citada no Brasil inteiro, sempre que havia dificuldades para as mulheres se associarem aos sindicatos (Almeida; Parisius, 1999, p. 123-124).

O resultado dessa campanha pode ser conferido nas conquistas celebradas no 3º Encontro do MMTRSC-PE, realizado em 1986, ano de eleições sindicais no estado, como "mais participação das mulheres nas assembleias do sindicato", "escolha de delegadas de base" e "entrada de mulheres nas diretorias sindicais" (MMTR Sertão Central, 1986, p. 23). No discurso de abertura do evento, Penha, liderança histórica do movimento sindical e então integrante da diretoria do STR de Alagoa Grande-PB, reforça o objetivo de uma participação política cada vez mais ampla das trabalhadoras: "Não só ser sócia pra votar, pra seu fulano ser presidente, mas pra nós também participar da direção. Nós temos que participar da Central Sindical, temos que participar dos partidos políticos" (MMTR Sertão Central, 1986, p. 16).

Céli Regina Pinto (1992) argumenta que, mesmo quando a intenção inicial da mulher é participar da esfera pública ao lado dos homens, essa participação modifica as práticas sociais, tanto pela presença feminina em si e seu "explícito contraste com a presença dos homens" quanto por "constituir, pelo menos potencialmente, um canal de aproximação com os movimentos

feministas". Essa aproximação pode ocorrer "tanto por uma mútua procura, como pelo próprio surgimento das indagações que norteiam o feminismo no interior de grupos de mulheres no sindicato, independentemente de qualquer contato efetivo com o feminismo organizado" (Pinto, 1992, p. 133).

Para a autora, o contato com novas informações e saberes – seja por meio das reivindicações do grupo no qual a mulher se insere, seja pelo próprio encontro com outras mulheres – redefine a posição da mulher não somente na relação direta com seu companheiro, seus pais e familiares, mas também lhe confere uma posição diversa em suas relações de amizade e vizinhança. Porém, essa redefinição é acompanhada por tensões que podem desafiar as normas estabelecidas na família e na comunidade.

> Foram surgindo as leituras, elas surgiram dos movimentos feministas. Nós já começamos iniciando as leituras bem feministas, tanto eu quanto a Neta. Porque, na verdade, a gente foi mais cabeça de frente mesmo. E foi muito, muito rápido. Nas primeiras reuniões, nós tínhamos muita dificuldade... Claro, evidente. Mas fomos conversando. Como nós éramos mulheres e respeitávamos o sindicato, isso facilitou trazer as mulheres. Nos primeiros encontros, os diretores da nossa região levavam as suas mulheres e as mulheres das suas comunidades. Depois, saía de casa em casa: 'Essa vai comigo'. A gente tinha pessoas que eram responsáveis, porque tinha muito medo de que, quando as trabalhadoras chegassem em casa, sofressem reação do próprio marido, dos filhos. Porque era evidente que elas não iam voltar com a mesma cabeça. Então, tinha toda essa metodologia. Já havia uma metodologia de trabalhar o corpo (Entrevista de Auxiliadora Dias Cabral, 17 nov. 2006).

> Depois que eu comecei a participar do movimento das mulheres foi que descobri que tudo o que passei foi violência. Mesmo eu tendo iniciado a minha participação no movimento sindical há mais tempo, desde os anos 1980, quando comecei a participar do movimento de mulheres, foram várias descobertas que aconteceram na minha vida (Entrevista de Margarida Pereira da Silva concedida ao Museu da Pessoa, em 20 dez. 2006).

Outra forma de participação elencada pela autora é a participação "a partir de reivindicações próprias de seu universo de preocupações, enquanto mulheres cuja identidade se constitui no mundo privado", sendo que esses casos mostram uma "dimensão fundamental da identificação mulher-corpo disciplinado como a base do questionamento das relações de gênero" (Pinto, 1992, p. 135). Questões como o "ciúme do homem ao ver o crescimento da mulher", "quando separada, a mulher é reprimida", "não ter com quem deixar as crianças", o "nervosismo", o medo de sair de casa, a sensação de incapacidade e a vergonha de falar em público devido à pouca ou nenhuma educação formal, entre outras antes consideradas experiências naturais e individuais, são agora reconhecidas como problemas sociais.

> As mulheres com quem eu trabalho, no início, não percebiam o próprio corpo. Elas tinham um corpo que não lhes pertencia. O corpo delas pertencia aos filhos, ao trabalho e ao marido. Então, fizemos todo um trabalho de conhecimento do corpo. Saber como ele começa e como funciona para, depois, apropriar-se do próprio corpo, que não era percebido como sendo delas (Almeida; Parisius, 1999, p. 126).

No entanto, é interessante notar que esses posicionamentos e debates não visam a uma ruptura. Por exemplo, "voltar e não deixar de cuidar dos filhos e do marido" foi uma das resoluções do 1º Encontro (MMTR-Sertão Central, 1984, p. 14). Nessa perspectiva, Saba Mahmood (2006) apresenta uma importante reflexão de que a capacidade de agência não se manifesta apenas em atos de oposição explícita às normas, mas também nas múltiplas formas pelas quais essas normas podem ser incorporadas, inclusive em práticas que, tradicionalmente, são consideradas marginalizadoras da mulher. O papel de responsável pelo ambiente doméstico não é contestado, mas discute-se a falta de formação dos homens e a importância de "educar nossos filhos de forma diferente".

As discussões e ações das trabalhadoras participantes atravessam diversas situações e espaços. Sua atuação e seu diálogo, tanto no que se refere às reivindicações quanto às alianças, não se restringiam ao movimento sindical, mas também se estendiam à comunidade, nos casos de implementação de farmácias populares e hortas comunitárias; à Igreja; e a outras organizações nacionais e internacionais. Da mesma forma, o Movimento dialogava com os patrões, nas paralisações e nos protestos por igualdade salarial, e com as prefeituras, nas mobilizações por políticas públicas, como empréstimos para a compra de sementes e acesso a médicos e escolas. A postura do Movimento era articular-se com o maior número possível de atores, porém mantendo sua autonomia e metodologia próprias. De acordo com Vanete:

> Contamos com a colaboração de outras pessoas, como a Hauridete, que era lá da região e estudava Sociologia. Tivemos Domingos Corcione e pessoas do SOS Corpo. Todos colaboraram com suas opiniões e sugestões. Porém, quem planejava e encaminhava a organização das atividades eram os trabalhadores, juntamente com a assessoria do polo (Almeida; Parisius, 1999, p. 191).

Embora a postura oficial da Igreja seja marcada pelo conservadorismo, a articulação do Movimento com lideranças católicas locais pode ser verificada pelo uso de igrejas como espaço para reuniões em algumas localidades e pelo fornecimento de recursos para financiar o 1º Encontro, em 1984. A discussão realizada nesse encontro sobre o corpo feminino, seus órgãos e seu funcionamento contou com materiais de anatomia humana cedidos por um padre apoiador do Movimento.

Por mais que não se possa considerar instituições urbanas e internacionais responsáveis pela implementação de pautas feministas no MMTRSC-PE, essas instituições desempenharam um importante papel de mediação e financiamento. Durante a década de 1980 e o início da década de 1990, agências internacionais de financiamento sediadas no Brasil e organizações feministas do Nordeste foram as principais facilitadoras da circulação de discursos e recursos feministas transnacionais que alcançaram o sertão e foram utilizados pelo Movimento na organização de suas atividades.

Por exemplo, a Oxfam, agência de desenvolvimento britânica, financiou a impressão de 5.000 cópias da tese elaborada pelas mulheres e distribuída no IV Congresso da CONTAG, em 1985. No mesmo ano, foram estabelecidos contatos com a ONG feminista SOS Corpo, sediada em Recife, e representantes da organização foram convidadas para o Encontro Anual daquele ano. Apesar do financiamento dos sindicatos e da Igreja para o 1º Encontro, os encontros subsequentes passaram a contar também com recursos dessas instituições, tanto por meio de financiamento direto quanto de apoio logístico e de comunicação (fax, telefone, envio e entrega de correspondências).

Millie Thayer (2001) destaca como as relações do Movimento com essas instituições foram caracterizadas por uma combinação de tensão e diálogo, conflito e colaboração. A autora atribui a receptividade das agências internacionais às organizações de mulheres à consolidação e às vitórias dos movimentos feministas na Europa e nos Estados Unidos. No caso do MMTRSC-PE, essas agências encontraram uma organização com ampla base social e despesas administrativas mínimas. Porém, mesmo com esse apelo, a competição por recursos era intensa, e as mulheres rurais lutavam para se tornar visíveis diante das agências sobrecarregadas de pedidos. Embora os recursos fossem reduzidos e destinados a projetos específicos, e não a um financiamento permanente e institucional, esses aportes permitiram a realização de encontros, bem como a elaboração e a divulgação de materiais fundamentais, como veremos adiante, para a consolidação do Movimento.

“Ficar falada”: entrave e estratégia para a expansão e legitimação do Movimento

> O que foi discutido não deve ficar nessas paredes. Cada uma é responsável por levar pra sua comunidade e, se quatro não querem ouvir, junta duas. A gente tem que passar o que aprendeu, o que viu, porque a gente só faz uma transformação se for desse jeito (MMTR-Sertão Central, 1986, p. 18).

A fala de Penha, por ocasião da abertura do 3º Encontro Anual, em 1986, retrata a preocupação das mulheres em divulgar e expandir sua organização. Ainda que as primeiras reuniões tenham ocorrido em comunidades do Sertão Central, a organização das mulheres rapidamente se estendeu aos demais polos

do sertão pernambucano. No 2º Encontro Anual, entre as participantes, para além das convidadas da Paraíba, havia representantes dos municípios de Itapetim, São José do Egito e Afogados da Ingazeira (Polo Pajeú), de Ouricuri (Polo Araripe) e de Itacuruba (Polo Submédio São Francisco) (MMTR-Sertão Central, 1985, p. 9).

A articulação com outras localidades é constante, tanto nas demais regiões e polos do estado quanto em outros estados, principalmente na Paraíba, com o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brejo Paraibano, também organizado no início dos anos 1980. Em 1987, uma parte importante do 4º Encontro foi dedicada aos preparativos para o 1º Encontro Estadual de Trabalhadoras Rurais.

Ao explorar conceitualizações sobre a formação de classes, Mike Savage (2011) destaca uma dinâmica dual que pode ser aplicada à análise do MMTRSC-PE. A primeira etapa compreende a "construção de redes sociais de largo alcance, ligando membros da classe através de lugares diferentes (...) Nestas situações, a informação pode ser passada adiante, organizações construídas, ideias reunidas, mobilização coordenada" (Savage, 2011, p. 19). Embora o autor defina esses espaços como locais de trabalho, vizinhanças e pontos de lazer, é possível identificar, nesse aspecto e no caso do MMTRSC-PE, a realização de Encontros Anuais, nos quais se concentravam as avaliações e os planejamentos gerais, com a presença de representantes de todos os municípios, bem como de outros polos e estados.

Já na segunda parte dessa dinâmica, a formação de classe envolve a criação de laços mais densos, que permitem a construção de identidades solidárias e comunitárias ao longo do tempo, mesmo na ausência de uma organização formal. Essas classes podem emergir da comunidade e das relações interpessoais (Savage, 2011, p. 19). Nesse contexto, podem ser apontadas as reuniões semanais e mensais realizadas nos sítios e nas comunidades. Assim, a consolidação do Movimento é resultado da permanente construção e do fortalecimento dessas redes sociais entre as mulheres, mesmo diante de diversos desafios. A seguir, serão abordados os obstáculos encontrados e as estratégias utilizadas para superá-los.

Como já visto, uma questão amplamente debatida entre as participantes é tanto a oposição explícita quanto a falta de apoio da família, seja por parte dos pais, dos companheiros e/ou dos filhos. Essa questão está, em grande parte, relacionada às ordens morais de gênero:

> A mulher não tem direito de participar disso, não tem direito de participar daquilo. Você é discriminada pelos companheiros, pelos vizinhos: "Ah, cara, tua mulher tá andando demais. Cuidado, se tu não tá aí levando chifre", né? Então, isso é um problema que a gente sofre, é o problema do machismo, do ciúme. Essas são as maiores dificuldades das mulheres: largar a beira do fogão pra se reunir (MMTR-Sertão Central, 1986, p. 16).

Rosineide Cordeiro (2004) destaca como a restrição à livre circulação das mulheres está atrelada ao controle da sexualidade feminina, que, para a opinião pública, deve ser mantida nos marcos da união conjugal. Sua etnografia realizada nessa região evidencia que a circulação de mulheres para resolver problemas relacionados à saúde, à Igreja, à educação ou a outras questões relativas à família não costumava ser contestada nem julgada pelos demais. Para a autora:

> As dificuldades se instalam quando as mulheres transgridem os espaços delimitados socialmente para elas e assumem novas posições: não estão totalmente absorvidas com as suas atribulações de mães e esposas; estabelecem novos vínculos interpessoais fora da família e da comunidade; desenvolvem novos interesses e posturas diante das suas vidas e do entorno à sua volta (Cordeiro, 2004, p. 141).

Nesses casos, não apenas a família, mas também a vizinhança e a comunidade delimitam e restringem o ir e vir das mulheres, utilizando instrumentos como a fofoca e o deboche. O receio de "ficar falada" e o "deboche das companheiras" são constantes nas discussões. O que se depreende dos relatórios é que, para as participantes do MMTRSC-PE, a melhor forma de lidar com o peso da opinião pública – e, principalmente, com o julgamento de outras mulheres – é tentar trazê-las para o Movimento. Tal estratégia é comum em outras experiências associativas femininas. Em sua pesquisa sobre o Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina, Maria Ignez Paulilo constata que "as militantes consideram que as ações em grupo são mais eficazes, pois, se muitas mulheres agirem do mesmo modo, atitudes antes transgressoras passam a ser consideradas normais" (Paulilo, 2009, p. 190).

Para além da dimensão imaterial e cultural, as condições físicas e geográficas também representavam obstáculos à circulação das mulheres. Em pesquisa etnográfica realizada no início dos anos 2000, Cordeiro descreve as condições precárias dos transportes locais, que possivelmente eram ainda mais acentuadas na década de 1980:

> Para transitar além dos sítios e das comunidades, as mulheres lidam com as distâncias e a dificuldade de acesso ao transporte, além dos gastos financeiros com as viagens. Como não existe, na área rural, regularidade no sistema de transporte, as pessoas dependem dos proprietários de carros particulares para se locomover. Há escassez de transporte, intermitência na oferta de horários ou dias e veículos que não oferecem segurança aos(às) passageiros(as). As mulheres enfrentam uma verdadeira maratona para participar de um evento fora da comunidade onde moram. Às vezes, andam longas distâncias a pé para poder pegar uma ou mais conduções. Há locais que só dispõem de transporte uma ou duas vezes por semana e, por conta disso,

> algumas mulheres chegam um ou dois dias antes do evento; nem sempre há oferta de transporte quando a atividade se encerra, e muitas só retornam um ou dois dias depois. Isso implica estar ausente de casa por quatro ou cinco dias, mesmo que uma reunião dure dois ou três dias, o que repercute nas relações com os(as) filhos(as) e com o companheiro, afetando também o trabalho na agricultura (Cordeiro, 2004, p. 139-140).

Nessa situação, a parceria com a Oxfam não apenas facilitou os deslocamentos dentro de Pernambuco, com o financiamento de passagens e até mesmo a disponibilização de veículos, como também proporcionou viagens para outros estados e até para outros países. Em 1985, uma representante da agência propôs que assessoras e trabalhadoras do MMTRSC-PE participassem do Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, que aconteceria no Brasil naquele mesmo ano, financiando a ida de diversas mulheres rurais do Nordeste para o litoral paulista, onde ocorreu o evento. Outra forma de encurtar as distâncias e fortalecer os laços foi o custeio da reprodução e da distribuição de materiais produzidos pelo Movimento.

> Após o encontro, começamos a divulgar os seus resultados nas comunidades, por meio das lideranças femininas e das assessoras, não apenas do Sertão Central, mas de várias localidades do sertão pernambucano. Fizemos também um relatório bem bonito e distribuímos cópias em todo o estado, para estimular outras iniciativas semelhantes (Almeida; Parisius, 1999, p. 123).

A estrutura proporcionada pelo movimento sindical igualmente desempenhou um papel significativo nesse aspecto. Também funcionárias da Federação ou de sindicatos municipais, as assessoras do Movimento utilizavam os espaços físicos para a salvaguarda dos documentos produzidos pelo Movimento e a estrutura disponível para o envio de correspondências oficiais. Nos documentos do MMTRSC-PE, encontram-se cópias de correspondências com STRs de vários municípios de Pernambuco e de outras regiões do país. Além de convidar representantes de outras localidades e buscar doações, essas correspondências tinham como objetivo estimular iniciativas semelhantes nesses lugares.

Uma observação importante sobre o movimento de mulheres do Sertão Central é o cuidado com a preparação de cartazes, relatórios e materiais educativos. Isso inclui o registro do nome de cada mulher presente, de seu local de residência e de trabalho, de sua relação com a terra, de seu estado civil e do número de filhas e filhos. A preocupação vai além do registro, uma vez que as informações nele contidas servem como meio para que outras mulheres que tenham acesso a elas possam se reconhecer nas mobilizações de outras mães, esposas, mulheres separadas e responsáveis pelo próprio sustento e pelo de suas famílias.

> Tudo isso era lançado para bem longe, para mostrar a outras mulheres que era possível fazer coisas desse tipo. O material tinha esse objetivo. Tinha também o objetivo de registrar todos os passos, para não se perder nada do processo de organização. Desde o início, a gente tinha essa sensibilidade, esse cuidado. Não se perdia nada. Um relatoriozinho de base que a mulher fazia com sua letrinha, a gente guardava. Uma foto que a gente conseguisse, também. Tudo isso a gente tem num arquivo lá em Serra Talhada. Não perdemos quase nada (Almeida; Parisius, 1999, p. 124-125).

Maria Paula Araújo e Myrian Sepúlveda (2007) atentam para a função social e o caráter político presentes em atividades de memória, como a formação e a preservação de arquivos, a notação de dados, a organização de eventos e celebrações. No caso do MMTRSC-PE, além da preservação dos documentos produzidos desde seu início, novas edições dos relatórios foram lançadas nos anos subsequentes, bem como publicações em datas emblemáticas, como os aniversários de 10 e 20 anos do Movimento.

Ampliação da participação: eleições municipais, 1º Encontro Nacional e Constituinte de 1988

> Bom dia trabalhadores e trabalhadoras! O que faz eu sair por aqui é que sou candidata pelo Partido dos Trabalhadores e estou pedindo voto a vocês como quem pede chuva a nosso Senhor. Porque não adianta ser candidato e ficar em casa, a gente tem que andar mesmo e pedir voto a vocês. A gente só ganha eleição com o voto dos trabalhadores. A gente botou um candidato não foi por brincadeira, foi por uma necessidade do trabalhador, e eu peço a vocês que se outros políticos derem dinheiro a vocês, comam mesmo. Agora vote consciente, vote no partido que é de vocês, vote no partido dos trabalhadores. A gente quer uma prefeitura a serviço dos trabalhadores. Quer que os trabalhadores tenham vez e voz, antes a gente votava e não tinha direito de ser votado, agora temos vez e voz. Podemos votar e ser votado, e o partido da gente taí para gente escolher se a gente quer que o trabalhador viva como gente, seja respeitado nesse país (MMTR-Sertão Central, 1988).

Extraído de um comício fictício realizado durante o 5º Encontro Anual, o trecho acima apresenta a avaliação da atuação do Movimento nas eleições municipais de 1988. A atividade comparou os discursos dos candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT), em grande parte compostos por dirigentes sindicais e lideranças populares, com os dos candidatos do Partido da Frente Liberal (PFL) e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), compostos por médicos e proprietários de terras da região.

Com a vitória do PFL nos municípios de Flores, Belmonte, Serra Talhada e Mirandiba, e do PMDB em Triunfo e Betânia, as discussões realizaram uma

reflexão sobre as possíveis causas desses resultados. Conversas abertas sobre os votos e a participação ativa das mulheres nos comícios e nas campanhas eleitorais objetivaram romper com noções enraizadas nas comunidades rurais de que o voto é "na pessoa, e não no partido" e de que a política é uma atividade pública e masculina.

No artigo "Família, Política, Comunidade", Beatriz Heredia (2010) argumenta que, dentro da estrutura de autoridade familiar camponesa, a decisão do voto é responsabilidade do homem e chefe de família, que representa todo o grupo doméstico. Dessa forma, o voto não é individual, e a autoridade paterna prevalece até que os filhos constituam suas próprias famílias. O voto independente só é respeitado pelo chefe de família em situações em que os filhos trabalhem fora e, em decorrência disso, façam contatos ou acordos com políticos diferentes. Sendo assim, o mais comum é que as mulheres discutam política de forma informal ou privada e entre si, já que não possuíam legitimidade social para opinar ou decidir sobre o voto familiar. A autora estabelece uma relação de proporcionalidade entre o poder de decisão de voto das mulheres e sua relação com o trabalho, a venda de produtos, entre outras atividades públicas.

Outro ponto levantado por Heredia é a resistência, nas comunidades rurais, à existência de candidatos locais. Uma vez que o voto é frequentemente condicionado a uma relação personalizada com o candidato e com o que ele possa oferecer e acrescentar de externo à comunidade e ao grupo familiar, eleger parentes ou vizinhos poderia resultar em um desequilíbrio das relações de poder locais. Quando os políticos visitam a comunidade fora do período eleitoral, são percebidos como profissionais que desempenham outras funções, como agrônomos, advogados ou médicos, e não como políticos. A presença política só é considerada legítima durante o período eleitoral, sendo essa dinâmica também aplicada aos membros da comunidade que se lançam como candidatos. Mesmo participando de eventos sociais em períodos fora das eleições, eles não podem fazer campanha nem usar sua condição de membros da comunidade para promover suas ideias políticas. Assim, sua presença é reconhecida não como a de candidatos, mas como a de integrantes da comunidade.

As fontes analisadas mostram como a vinculação do cotidiano à política partidária passou a estar presente nas discussões. Mobilizações como as do 8 de março e do 1º de maio são incorporadas permanentemente à agenda de todos os municípios, e as repercussões nacionais das ações locais passam a ser centrais. Além dos preparativos para as eleições municipais, o ano de 1987 representou uma maior articulação política em nível nacional. A partir do 4º Encontro Anual, realizado em 1987, a metodologia usual de elencar as ações empreendidas e de planejar as atividades nos municípios do Sertão foi ampliada e subdividida em tópicos que passaram a incluir Pernambuco, o Nordeste e o país.

Nesse contexto, são comemoradas a presença de quatro representantes do MMTR-Sertão Central no Congresso Nacional da CUT, ocorrido em 1987, e a participação nos dois Encontros da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, realizados nas cidades de Olinda e João Pessoa, em 1988. No Sertão, foram organizados mutirões nos quais as trabalhadoras escreveram e enviaram cartas à Presidência da República e ao Ministério da Previdência, exigindo a regulamentação da aposentadoria aos 55 anos de idade. O Movimento também teve uma presença expressiva no 1º Seminário da Mulher Trabalhadora Rural, ocorrido em julho de 1988, em Brasília, e articulado pela CONTAG (MMTR-Sertão Central, 1988, p. 34-35). Nele, foi formulado o Documento de Reivindicação aos Constituintes, no qual são manifestadas demandas como aposentadoria diferenciada em função da dupla jornada, licença-maternidade, reforma agrária e crédito rural.

Considerações Finais

A análise histórica dos primeiros anos do MMTRSC-PE permitiu compreender como as especificidades locais e as experiências cotidianas das trabalhadoras rurais moldaram suas estratégias de luta e resistência. Ao longo do período estudado, de 1982 a 1988, o Movimento evidenciou o potencial transformador da ação coletiva, ampliando as possibilidades de participação política e social das mulheres do sertão pernambucano.

Como resultado dos encontros e das discussões aqui detalhados, percebe-se como o Movimento conseguiu articular suas reivindicações e ampliar sua influência tanto em nível local quanto nacional. A interação com outras organizações e grupos evidenciou a capacidade de adaptação do Movimento, mantendo sua autonomia, fortalecendo as redes de apoio e sociabilidade entre as mulheres, consolidando uma identidade coletiva e permitindo-lhes atuar de forma mais efetiva na luta por direitos e reconhecimento social.

Como contribuição desta pesquisa para a literatura sobre o tema, as fontes indicam que a separação entre demandas "como mulher" e "como classe trabalhadora", embora utilizada como metodologia nos encontros iniciais, não se sustenta na experiência das participantes do MMTRSC-PE. Essas dimensões aparecem articuladas tanto nos discursos quanto nas práticas. Questões como a sobrecarga do trabalho doméstico, a falta de apoio no cuidado com os filhos e as tensões conjugais são reconhecidas como obstáculos concretos à participação política.

Por fim, é evidente como o MMTRSC-PE difere de grande parte das experiências associativas camponesas e/ou de mulheres, não apenas pela abundância de fontes disponíveis, mas também pela implementação de uma política institucional de preservação da memória desde sua fundação. Desse

modo, o entrelaçamento das experiências e das memórias individuais, coletivas e institucionais, produzidas ao longo de diferentes períodos, é fundamental para seu estudo, seguindo a premissa de que o Movimento só pode ser de fato compreendido a partir das experiências das trabalhadoras que o compõem.

Referências bibliográficas

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Revisitando o campo**: lutas, organização, contradições (Pernambuco, 1962–1987). Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A problemática da seca**. Recife: Líber, 1999.

ANDRADE, Manoel Correia de**. Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo, Ática, 1989.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 2° Edição. Editora Brasiliense, 1964.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória, história e esquecimento**. Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, dez. 2007.

BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./abr. 2004.

BORDALO, Caroline Araújo. **Os caminhos da política**: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais de Pernambuco, 2011. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais de Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2011.

BRASIL - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: MDA/Nead-Debate, n. 9, 2006.

BURSZTIN, Marcel. **O poder dos donos**: planejamento e clientelismo no Nordeste. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CAPPELLIN, Paola. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 2, n. 1, p. 11-22, 2013.

CORDEIRO, Rosineide de Lourdes M. **Além das secas e das chuvas**: os usos da nomeação Mulher Trabalhadora Rural no Sertão Central de Pernambuco. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.

DUQUE, Ghislaine; CIRNE, Maria Nilza Ramalho. Pobreza rural no Nordeste semi árido: cidadania ou exclusão social. In: FERREIRA, Ângela D. Damasceno; BRANDENBURG, Alfio (org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora UFPR, 1998.

ESMERALDO, Gema G. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo, engajamentos políticos. Niterói: Editora Alternativa, 2013.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. A situação legal da mulher trabalhadora no campo. In: **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 5, p. 97-114, 1982.

GARCIA, Marie F. GARCIA JR, Afrânio. HEREDIA, Beatriz M. A. de. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma (Coord.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina**: análises qualitativas. Petrópolis: Vozes, 1984.

GETIRANA, Yasmin. **Sozinha não posso**: a Associação Profissional de Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro (1961-1973). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.

HEREDIA, Beatriz A. **A morada da vida.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HEREDIA, Beatriz M. Alásia de. Política, Família, Comunidade. In: PALMEIRA, Moacir.; HEREDIA, Beatriz M. Alásia de. **Política ambígua**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: NUAP, 2010

HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.

JOSHI, Chitra. Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 1, n. 2, p. 147–170, 2009.

KERGOAT, Danièle. (Org.) **Lutar, dizem elas...** Recife: SOS Corpo, 2018.

MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito**. Etnográfica**, v. 10, n. 1, p. 135-175, 2006.

MORAES, Lorena Lima de. **Entre o público e o privado**: a participação política de mulheres rurais no sertão pernambucano. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MORALES, Paola Alejandra. **Desigualdades de classe e gênero no acesso à terra**: uma aproximação a partir das práticas das participantes do Movimento de Mulheres Rurais do Sertão Central de Pernambuco. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, Serviço Social, 2010.

NAVARRO, Zander (Org.) **Política, protesto e cidadania no campo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

PANDOLFI, Maria Lia C. de A. Lutas sociais no sertão pernambucano 1970-1983. **Caderno de Estudos Sociais**, Recife, v. 1, n. 1, jan./jun. 1985.

PAULILO, Maria Ignez S. O Peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, n. 28, 1998.

PAULILO, Maria Ignez S. Movimentos das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da "igualdade de gênero". In: FERNANDES, Bernardo M; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. PAULILO, Maria Ignez S. (Orgs) **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

PINTO, Céli Regina J. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.) **Uma questão de gênero.** São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

RAMALHO, José Ricardo. ESTERCI, Neide. (Orgs.) **Militância política e assessoria**: compromisso com as classes populares e resistência à ditadura. 2a ed. [e-book] – São Leopoldo: Oikos, 2021

SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe**. Revista Mundos do Trabalho**, v.. 3, n. 5, jan./jun. 2011.

SAFFIOTI, Heleieth.; FERRANTE, Vera Lúcia. **Famílias rurais do estado de São Paulo**: alguma dimensões da vida feminina. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1982.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina; (Orgs.) **Uma questão de gênero.** São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SIGAUD, Lygia. A nação dos homens: uma análise regional de ideologia. **Anuário Antropológico**, 1978.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos**: estudo sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA, Cristiane Bereta da. PAULILO, Maria Ignez. História oral e memória: movimentos sociais de mulheres camponesas**. Revista História oral**, v. 11, n.12.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1991.

STOLCKE, Verena. **Mulher e Trabalho**. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências, 1971.

THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. **Estudos Feministas**, v. 9, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Anna Luiza Silveira Ramos Fernandes
Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Possui Bacharelado e Licenciatura em História pelo Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IH/UFRJ).
E-mail: annaluram@gmail.com
Lattes: https://lattes.cnpq.br/1214070334819331
ORCID: https://orcid.org/0009-0008-1095-6643